

ISSN 0101 - 3335

LETRAS DE HOJE

N.º 84

JUNHO DE 1991

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras
Centro de Estudos da Língua Portuguesa

**Letras de Hoje
estudos e debates de
assuntos de lingüística,
literatura e língua
portuguesa**

Comissão Editorial
Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

Este periódico é publicado semestralmente
em dois volumes anuais, em junho e dezembro.
O ano de 1991 compreende os volumes 26 e 27.

EXPEDIENTE

LETRAS DE HOJE

Fundada em 1967

Administração:

Avenida Ipiranga, 6681
Caixa Postal 1429
90620 Porto Alegre - RS - Brasil

Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras / Centro de Estudos da Língua Portuguesa em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e FAPERGS.

Diretor:

Prof. Ir. Elvo Clemente

Assessora Editorial:

Maria Eunice Morcira

Composição e Arte Final

ART LINE
Consultoria e Sistemas de
Informática

Impressão:

Gráfica E P E C Ê

Conselho Editorial:

Para assuntos lingüísticos: Augustinho Staub, José Marcelino Poersch, Leonor Scliar Cabral, Leci Borges Barbisan, Feryal Yavas e Mehmet Yavas.

Para assuntos literários: Gilberto Mendonça Teles, Heda Maciel Caminha, Petrona Domínguez de Rodrigues Pasqués e Regina Zilberman.

Para assuntos interdisciplinares: Ignácio Antonio Neis e Urbano Zilles.

A Revista aceita contribuição de sua especialização.

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

A Revista aceita trocas.

On demande l'échange.

We ask exchange.

Preço da assinatura:

- 4 números anuais:
Brasil: Cr\$ 2.400,00
Exterior: US\$ 10
- Número avulso: Cr\$ 610,00

Os pagamentos podem ser feitos por cheques bancários ou através de vale postal em favor da EDIPUCRS.

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 12001
90620 - Porto Alegre - RS - Brasil

EDIPUCRS

APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO

LECI BORGES BARBISAN

Apresentação 5

ARACY ERNST PEREIRA

Uma introdução à Análise do Discurso 7

ALEJANDRA S. BENTOLILA DE MOLINAS

A modernidade, a Análise do Discurso e a dispersão do sujeito 21

ANA ZANDWAIS

Um processo comum de interpelação da sociedade cristã, investigado a partir dos pressupostos da Análise do Discurso 61

REGINA MARIA VARINI MUTTI

Uma aplicação da Análise do Discurso à leitura e análise de textos 87

MARGARETE AXT

História mensageira... computador mediador; uma análise semiolinguística do discurso infantil na narrativa 113

UMA INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO

APRESENTAÇÃO

Este número de LETRAS DE HOJE fala de discurso. Os artigos aqui apresentados resultam de estudos feitos por Mestrandos e Doutorandos do Curso de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

Pretendeu-se partir de uma introdução aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso na linha francesa para, a seguir, chegar-se à aplicação desses pressupostos a discursos políticos, a discursos cristãos, à leitura em âmbito escolar. O último artigo analisa discursos infantis na perspectiva semiolinguística do discurso proposta por Patrick Charaudeau.

Espera-se que estes estudos tragam algum proveito a pessoas interessadas por esta área da Linguística.

Leci Borges Barbisan

Organizadora

DESTAQUES DE MAIO COMPANHIA DAS LETRAS

A Companhia das Letras dá início a um grande projeto: a publicação das obras completas de Vinicius de Moraes. Em maio, tráz os dois primeiros livros da série:

Para viver um grande amor, coletânea de crônicas (oito inéditas) e poemas,

Livro de sonetos, 76 sonetos (nove inéditos).

Publica também seis outros lançamentos:

Vigo, vulgo Almereyda, o perfil de Miguel Almereyda, pai de Jean Vigo e uma das grandes personagens da França da Belle Époque, escrito pelo profundo conhecedor de cinema Paulo Emilio Salles Gomes.

Estilo tropical, de Roberto Ventura, a história cultural e os debates literários de 1870 a 1914, da virada anti-romântica ao pré-modernismo, da crise monárquica à desilusão liberal.

O gênio do sistema, de Thomas Schatz, uma penetrante história de Hollywood, a "usina dos sonhos", mas do ponto de vista daqueles que transformavam idéias em filmes que rendiam milhões: os produtores executivos.

Galileu herético, do historiador italiano Pietro Redondi, a verdadeira história, muito mais fascinante do que a lenda, do processo movido pelo Santo Ofício ao filósofo e matemático Galileu Galilei.

Já traduzido na França e na Alemanha, **Um táxi para Viena d'Áustria**, sétimo romance de Antônio Torres, um retrato, carregado de humor e ironia, do homem brasileiro exilado na urbanidade.

Oriente, Oriente, saga tragicômica de um mestiço japonês que entra ilegalmente nos Estados Unidos e um esplêndido retrato do choque entre duas das mais importantes culturas de nossa época.

UMA INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO

ARACY ERNST PEREIRA
FURG - PUCRS

INTRODUÇÃO

A análise do discurso constitui-se num projeto intelectual tenso e contraditório, uma vez que seu objeto, ora perspectiva-se lingüisticamente, ora ideologicamente, caracterizando, talvez, uma pretensa antinomia que, se por um lado, favorece um maior aprofundamento em cada uma dessas aborgadens, por outro, impede a visão de totalidade. Para nós, entretanto, a polarização está cedendo lugar a um movimento dialético gradual de busca de unidade, no qual a luta pela predominância de uma ou de outra posição, em determinado momento, fornece o caráter do fenômeno (processo) e do objeto (produto) - discurso.

Daf a dificuldade em caracterizar a análise do discurso, e daí também a nossa vontade em oportunizar às pessoas interessadas no assunto, na medida que este espaço permite, uma maior facilidade de acesso ao que é essencial nessa disciplina.

A tarefa talvez seja pretenciosa, já que o campo enfocado recobre um conjunto considerável e heteróclito de domínios e de enfoques metodológicos de fronteiras incertas. Como equilibristas, jogamos com a especificidade de um lado e com o ecletismo de outro. Nessa corda bamba, entre oscilações e desvios, estamos nós. De fato, defrontamo-nos atualmente com uma transição epistemológica no campo da ciência lingüística que ultrapassa os limites da lingüística propriamente dita. Todavia o presente artigo, longe de pretender analisar exaustivamente o quadro das atuais perturbações com que se defronta a Lingüística, procurará apenas reconstituir aspectos básicos que sirvam para caracterizar a análise do discurso.

Portanto, ao lado de uma visão introdutória, destinada a pessoas que tenham em comum não apenas o desconhecimento em relação à análise do discurso, mas também o desejo ou necessidade de iniciarem, sem demora, estudos nessa área, cujo acesso, muitas vezes é reputado difícil, o que segue constitui-se numa reflexão sobre o que foi feito até então, mesmo que de uma forma bastante sucinta e modesta.

Conseqüentemente, importa oferecer aqui um trabalho de cunho didático, que, dentro do possível, não sacrificando a integridade dos conceitos, relações e posições envolvidos em sua caracterização, proporcione-lhes uma configuração preliminar, mas não distorcida, dessa disciplina que vem ocupando atualmente um lugar cada vez mais significativo nos estudos sobre a linguagem.

1 - REVISANDO O PROCESSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Discorrer sobre a história da A.D.¹ é uma tarefa no mínimo arriscada, dada a sua recenticidade. Por essa razão, preferimos caracterizar o que se segue como uma proposta de reflexão sobre fatos que podem reconstituir, pelo menos em parte, as condições de emergência dessa disciplina.

Modernamente, o termo discurso designa todo enunciado superior à frase. Ao dizermos, entretanto, "todo enunciado" referimo-nos a qualquer discurso e, assim sendo, ficamos sem limites para caracterizá-lo e, como conseqüência, hoje em dia, assistimos a uma proliferação de diferentes empregos não só desse termo como da expressão "análise do discurso".

Maingueneau, em "Initiation aux méthodes de l'analyse du discours" levantou seis acepções do termo "discurso" na literatura lingüística. Segundo o autor, tal fato é oriundo da própria organização do campo da lingüística que, ao estabelecer de um lado um núcleo rígido responsável pelo estudo das características formais da língua, no sentido saussureano, e, de outro, uma periferia que se constitui em contato com disciplinas vizinhas, como a história, a psicologia, a filosofia, etc. concebendo a linguagem apenas em razão do sentido que faz para sujeitos em situações específicas de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas, acarreta, em decorrência, a diluição da especificidade do termo "discurso" e/ou da expressão "análise do discurso". (apud MAINGUENEAU, 1989, p. 11).

Conseqüentemente, a A.D. cobre atualmente um campo muito vasto e diferenciado de estudos, mas, para efeitos didáticos, podemos dividi-la em duas grandes linhas: 1) a A.D. anglo-saxã e 2) a A.D. francesa.

Apesar de diferenças teóricas e metodológicas substanciais, tanto uma quanto outra surgem da necessidade, imposta pela própria evolução da ciência lingüística, de definir uma nova unidade de análise que ultrapasse os

limites da frase - o texto². Todavia, enquanto a primeira restringe-se a hipóteses intralingüísticas, a segunda extrapola o campo lingüístico, na medida em que busca a determinação do sentido também no campo sócio-histórico e psicanalítico, basicamente a de linha francesa e, no campo gramático e sociolingüístico, a de linha anglo-saxã.

A perspectiva teórica anglo-saxã pode ser resumida através da seguinte afirmação de Harris (apud ORLANDI, 1986, p. 108): "uma frase é um discurso curto e um discurso é uma frase complexa".

Assim sendo, o objeto continua a ser visto na ótica formalista da Lingüística imanente que determina a organização dos elementos constitutivos do texto e não a instituição do sentido. Este sentido é visto aqui através da sociolingüística - devemos observar o uso atual da linguagem - e da pragmática - tal uso deve ser estudado mediante os atos de fala³. Conseqüentemente, apenas acrescenta um outro componente à gramática, mantendo-se o mesmo procedimento metodológico. Como a natureza do objeto de análise é percebido de forma intralingüística, privilegiam-se as relações de intersecção entre os níveis sintático e semântico e as investigações limitam-se à descrição da funcionalidade das categorias de coesão e coerência textual.

A A.D., nessa perspectiva, como não é afetada pela distinção língua e fala, ao contrário da linha européia, constitui-se num simples acréscimo, numa complementação da gramática.

Já a linha francesa da A.D. preocupa-se com a instituição do sentido e é afetada pela distinção entre língua e fala, na medida em que concebe o seu objeto teórico a partir daí. Entretanto, dois aspectos devem ser registrados: 1º) o discurso não deve ser interpretado como fala e 2º) a concepção de língua saussureana é rejeitada.

Para Saussure, o estudo da linguagem comporta duas partes: uma essencial que tem por objeto o estudo da língua, cuja essência é social e independente do indivíduo; a outra, secundária, que tem por objeto a parte individual da linguagem, isto é, a fala, e compreende a fonética. A primeira é de natureza psíquica e a segunda, de natureza psicofisiológica (1969, p. 27).

Dessa forma, a fala distingue-se da língua como aquilo que é individual se distingue do que é social. A fala, para ele, é ato de vontade e de inteligência, domínio de liberdade e criação. Para a A.D., ao contrário, o discurso é determinado pelos processos histórico-sociais.

Com relação ao segundo aspecto, devemos colocar que a A.D. francesa, ao rejeitar a concepção de língua como sistema de regularidades, baseado no princípio da imanência e da virtualidade, exige a intersecção do intra com

2 - Essa afirmativa leva-nos a confundir Lingüística do Texto com Análise do Discurso. A grosso modo, podemos dizer que a L.T. restringe-se à análise do texto em si, estudando as relações de coerência e coesão, responsáveis pela tessitura de um texto, ao passo que a A.D. visa à análise das diferentes formações discursivas e de suas condições históricas de produção - a de linha francesa.

3 - Cf. Searle, J. *Speech acts*. London, Cambridge University Press, 1969.

1 - A expressão "Análise do Discurso" será representada, neste trabalho, por A.D.

o extralinguístico. Visa, assim, a privilegiar as condições específicas de produção do discurso, investigando os processos enunciativos não como produto final, acabado, mas como processo determinado pelos fatores histórico-sociais.

Alguns poderiam alegar, como contraponto, que a antiga Filologia⁴ possuía o mesmo caráter, uma vez que o objetivo do filólogo era buscar a significação e a intenção presentes nos textos e também a cultura e o meio donde surgiram, com a finalidade de compreender as condições que lhes deram origem. Obviamente é uma interpretação desavisada, baseada numa aparente identidade entre os dois campos.

À guisa de esclarecimento, poderíamos dizer que, apesar de a filologia assim como a A.D.F. (Análise do Discurso de linha francesa) ocuparem-se da análise de textos escritos e buscarem os sentidos dos textos, seus pressupostos teóricos e metodológicos são distintos. Para citar apenas alguns:

- 1) a filologia estuda o discurso literário, enquanto a A.D.F. privilegia o discurso político;
- 2) a filologia visa a explicitar o sentido de discursos arcaicos, enquanto a A.D.F., de discursos atuais;
- 3) quando a filologia aborda questões lingüísticas o faz para comparar textos de diferentes épocas. Para a A.D.F., as questões lingüísticas estão sempre presentes e ligadas às questões ideológicas, numa época dada;
- 4) a filologia visa a determinar as características peculiares, idiossincráticas de cada autor, a A.D.F., as características sócio-históricas que determinam a produção dos textos;
- 5) o método da filologia é a crítica, o da A.D.F. é o método dialético.

A A.D.F. surge, nos anos 60, de uma conjuntura intelectual - marcadamente filosófica e política - que, com base no estruturalismo, procura relacionar lingüística, marxismo e psicanálise.

A articulação dessas três áreas justifica-se na medida em que cada uma delas procura explicitar o sentido subjacente aos enunciados.

Seu objeto de análise são as "formações discursivas", termo tomado de FOUCAULT (1969), que significa "o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma alocução, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada. (PÉCHEUX, 1988).

4 - Muitas vezes, o termo "filologia" é utilizado de forma inadequada, provavelmente porque possui sentidos diferentes em algumas línguas européias. Designa, no uso britânico, os estudos relativos à Lingüística Comparada e Histórica. Entretanto, para os alemães e americanos, designa mais o estudo de textos literários, especialmente os greco-romanos e, de modo mais geral, o estudo da cultura e civilização através de documentos literários. Referimo-nos aqui a esse último sentido.

Apesar de sua recenticidade, podemos dividir a A.D.F. em duas fases: 1ª) dos fins dos anos 60 e início da década de 70, na qual a A.D.F. buscou evidenciar as particularidades das formações discursivas - o discurso comunista, o discurso socialista, etc. Eram eles considerados como autônomos, auto-suficientes e eram analisados através de temas de conteúdo ideológico imediato. Importava aprofundar o caráter institucional do discurso; 2ª) a A.D.F. de segunda geração, que se constituindo numa reação contra aquela que a antecedeu, trabalha com a heterogeneidade discursiva e estuda os elementos enunciativos no âmbito de uma função interativa - estruturação das relações entre os interlocutores - e argumentativa - estruturação de enunciados com vistas a influenciar terceiros (cf. MAINGUENEAU, p. 21-22).

2 - FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS X FORMAÇÕES DISCURSIVAS

O objetivo da ADF é mostrar a veiculação entre linguagem e ideologia. Como se dá, então, essa veiculação? Vejamos.

Em toda formação social, temos duas realidades: uma profunda e outra superficial.

As relações sociais que se estabelecem no nível superficial mascaram a situação real dos indivíduos, de modo a mostrar aparentemente relações igualitárias de troca.

Daf a necessidade de reportarmos-nos a Marx, para quem "o método histórico-dialético deve partir do que é mais abstrato ou mais simples ou mais imediato (o que se oferece à observação), percorrer o processo contraditório de sua constituição do real e atingir o concreto como um sistema de mediações e de relações cada vez mais complexas e que nunca estão dadas à observação" (CHAUI, 1980, p. 48).

Para tornarmos mais concreta essa situação, vejamos o que ocorre com o salário. No nível superficial, o salário aparece como pagamento de um trabalho realizado, relação de troca entre indivíduos livres e iguais. Todavia, no nível profundo, o que temos é uma apropriação indevida. O trabalhador vende a sua força de trabalho, não o seu trabalho, pois no final de sua jornada recebe apenas parte do valor que produziu. Do restante, do trabalho excedente não-pago, o capitalista se apropria. Dessa forma, a situação se perpetua, pois recebendo apenas o mínimo indispensável para sobreviver, ele tem de continuar a trabalhar para produzir e para sobreviver. Essa é a base do capitalismo, a lei da mais-valia, que se constitui no lucro do capitalista.

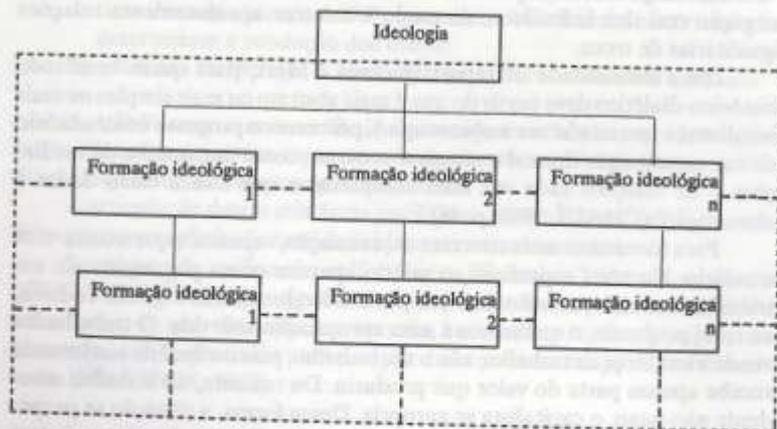
No momento, então, que o salário representa o pagamento do trabalho e não da força de trabalho, extingue-se a distinção entre tempo de trabalho

necessário e o tempo não pago e as relações de trabalho, no nível superficial, afiguram-se como igualitárias.

Constatamos, portanto, que o elemento fundamental do modo de produção capitalista, o trabalhador, é uma mecadoria - "ele vende no mercado sua força de trabalho" (ibidem), só que essa venda, no plano superficial, ao parecer justa, oculta o fato de que há exploração econômica. Conseqüentemente, o que temos, no plano profundo, é uma relação entre classes sociais: a do capitalista que se apropria do valor produzido pelo trabalho não pago e a do trabalhador que não percebe o real valor do que produziu. Portanto, as idéias, os comportamentos dos homens e a própria linguagem sofrem a determinação do modo de produção econômica e falha seria a nossa interpretação se ignorássemos as determinações econômicas que regulam as condições ideológicas.

Dessa forma, como no sistema capitalista, o plano superficial aparece como o real, as idéias construídas são falazes, enganosas, ilusórias (as desigualdades entre os homens são naturais, a riqueza é fruto do trabalho dos outros, a pobreza é uma benção, etc.). Configura-se, então, a ideologia como ilusão, inversão da realidade, abstração⁵ e também como visão de mundo - visão essa que diz respeito ao modo como cada classe social organiza, explica e justifica a ordem social. Tal fato repercute no discurso, pois cada visão do mundo, relativa a cada classe social, terá o seu próprio discurso.

Podemos esquematizar a situação da seguinte forma:



5 - Devemos entender "ilusão" como conhecimento de uma realidade como se apresenta à nossa experiência imediata, sem nunca questionarmos como foi produzida concretamente - abstração - e também como inversão, isto é, tomar o resultado de um processo como se fosse o seu começo. Portanto, o fato de a ideologia ser ilusão - abstração e inversão da realidade - faz com que ela permaneça sempre no plano imediato do "aparecer social" (cf. Chauí, 104-105).

A ideologia dominante - no modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a burguesa - determina a visão de mundo de classe social⁶, isto é, conjunto de representações, idéias, conceitos e valores, elementos constitutivos das diferentes formações ideológicas⁷ que, por sua vez, materializam-se nas diferentes formações discursivas⁸, pois a visão de mundo não existe desvinculada da linguagem.

Para PÊCHEUX (1988, p. 160), a formação discursiva é aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura específica, determinada pelo estado de luta de classes, delimita o que pode e deve ser dito, conforme foi colocado anteriormente.

O mesmo autor (p. 92) diz: "... todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes". Essa definição de Pêcheux evita que interpretemos de forma simplista o esquema acima apresentado, uma vez que o mesmo poderia sugerir uma relação dualística e exclusiva entre FI e FD: a cada formação discursiva corresponderia uma e apenas uma formação ideológica. Entretanto, uma relação ideológica de classes sugere, primeiramente, a existência de, no mínimo, duas classes - a que corresponderiam, no mínimo, duas FI - e, em segundo lugar, pressupõe influências mútuas. Em outras palavras, uma formação discursiva não é algo homogêneo, cristalizado, só se cristalizado for interpretado não como permanência num determinado estado, mas como algo facetado que possibilita a clivagem, ou seja, a fragmentação da unidade - discurso de acordo com as formas que a mesma tomou a partir de outras formações discursivas.

Um outro aspecto a considerar diz respeito ao fato de a Ideologia não se impor também de forma igual e homogênea à sociedade, como espaço anterior à luta de classes⁹. Pêcheux (ib. p. 144) enfoca tal aspecto, ao dizer que é impossível atribuir a cada classe a sua ideologia, como se cada uma delas vivesse "previamente a luta de classes", em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes,

6 - Chauí (p. 53) coloca que "as classes sociais não são coisas nem idéias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência se dividem no trabalho, instauram formas determinadas de propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio de instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições através de sistemas determinados de idéias que exprimem e escondem o significado real de suas relações. As classes sociais são o "fazer-se classe" dos indivíduos em suas atividades econômicas, políticas e culturais.

7 - As formações ideológicas constituem-se num conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam mais ou menos diretamente às posições de classe em conflito umas com as outras (Haroché et al., apud ORLANDI, 1975).

8 - Explicitando um pouco mais a noção de Foucault sobre "formações discursivas", acrescentamos ao que foi dito o seguinte: constituem-se elas num conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, que definem as condições de produção da função enunciativa, numa dada época e para um área social, econômica e geográfica ou linguística dada.

9 - Luta de classes é o "princípio" que erege o modo de produção, baseado numa divisão de classes" (cf. Pêcheux, 1988, p. 144).

cada um com suas práticas e suas concepções de mundo, seguindo-se a esse encontro a vitória da classe "mais forte", que imporá, então, sua ideologia à outra. E aí se torna importante a noção de aparelhos ideológicos de Estado - escola, instituições religiosas, etc. - pois é através de sua instalação que a ideologia se torna dominante. Entretanto, não devemos interpretá-los como meros instrumentos da classe dominante, mas também como o lugar onde se dá a luta de classes. Os aparelhos ideológicos do Estado constituem, segundo Pêcheux, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção.

Feitas essas colocações, podemos concluir dizendo que a linguagem é o lugar do confronto, do enfrentamento, por excelência, uma vez que as formações ideológicas concretizam-se nas formações discursivas. E, portanto, a AD opera com a noção de "formação discursiva" enquanto componente da formação ideológica, com a finalidade de apreender o funcionamento da ideologia na constituição do discurso.

Pêcheux (ib., p. 160) assim se pronuncia:

A ideologia fornece as evidências pelas quais *todo mundo sabe* o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc. evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram assim, sob a transparência da linguagem, aquilo que chamaremos caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Assim, o sentido das palavras e dos enunciados caracteriza-se pela opacidade, não sendo, pois, evidente e nem existindo em si mesmo. É ele determinado pelas posições ideológicas no processo sócio-histórico. O mesmo autor coloca: "(...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem". Portanto, as formações discursivas representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

3 - A NOÇÃO DE SUJEITO

A questão da subjetividade confunde-se com a própria questão da formação ideológica, tendo a finalidade de apreender o funcionamento da ideologia na constituição do discurso.

Até aqui procuramos mostrar que a tensão, o conflito são aspectos constitutivos da linguagem. Faz-se necessário, contudo, explicitarmos essa tensão, que é historicamente determinada, através do conceito de subjetivi-

dade. Além disso, esse conceito constitui-se na fenda que coloca, de um lado, a teoria da enunciação de Benveniste, e de outro, a análise do discurso, na perspectiva do materialismo dialético.

Temos colocado (PEREIRA, MUTTI E RÖSING, 1990) que essa divisão origina-se de uma questão filosófica básica: a da relação entre consciência e existência. Assim sendo, de acordo com a perspectiva que tomemos, privilegiando a anterioridade da consciência sobre a existência ou, ao contrário, a anterioridade da existência sobre a consciência, a conduta gnosiológica sobre o sujeito será diferente.

Ora, no primeiro caso, seja numa tendência solipsista, em que a admisão de que nada mais existe no mundo do que o homem e a sua consciência, sendo o "eu" individual com suas modificações subjetivas, o formador de toda a realidade, seja na admissão de que tudo existe no mundo, os fenômenos e as coisas são produto de uma consciência absoluta, de um espírito objetivo, de uma vontade universal, verificamos a prioridade da consciência individual humana. Aceitar essa possibilidade requer a instauração do sujeito como fonte de sentido, como criador das idéias, portador de intencionalidade, responsável por suas ações, com a conseqüente projeção da sociedade para fora de si mesma.

Essa atitude idealística, segundo seus oponentes que advogam a anterioridade da existência sobre a consciência, solapa as origens e condicionamentos materiais das situações sociais e econômicas, atribuindo-lhes origens abstratas e servindo, pois à manutenção do "status quo". Sua concepção de "sujeito" vincula-se à de ideologia e, dessa forma, utilizando o método dialético, buscam as condições de produção do discurso, descentralizando o sujeito através da análise histórica das relações de produção. Tentam, conseqüentemente, fazer uma semântica discursiva, na medida em que são analisados os processos característicos da formação discursiva e não o produto.

Vemos, portanto, que aqui reside a diferença fundamental entre as duas posições encontradas na análise do discurso. De um lado, na teoria da enunciação, o ideológico não é em geral considerado, uma vez que a enunciação é reputada uma relação discursiva, que se efetua num momento determinado, específico, caracterizando, pois, uma visão unidimensional. Por outro lado, a posição materialista visa ao estudo da propriedade histórico-social, fato que segundo Bakhtin é sacrificado na semântica da enunciação (GUIMARÃES, p. 24).

Entretanto, apesar das críticas feitas à posição benvenistiana, e da pretensão de avançar a questão do sujeito por parte dos teóricos marxistas, descaracterizando assim a visão psicologizante e a empiricidade imediata das situações de comunicação, com a instauração do sujeito ideológico, a análise do discurso iniciou historicamente com Benveniste.

Basicamente Benveniste, ao postular a necessidade de se considerar o ato de produção da linguagem, coloca o sujeito como centro desse ato, concebendo-o, numa perspectiva diferente do materialismo histórico, como

"fonte da linguagem". Diz ele: "O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias de enunciação" (1976, p. 82).

Assim sendo, haveria, nos textos, marcas que atestariam a relação do sujeito com o seu dizer e, através dele, com o mundo. A subjetividade, ou melhor, a intersubjetividade, é considerada propriedade principal da linguagem e o sujeito, ao se apropriar da linguagem, define-se, ao mesmo tempo, a si mesmo como "eu" e a um parceiro como "tu".

Portanto, para Benveniste, a enunciação é um ato de apropriação da língua, ou seja, não é um ato de um locutor relativo a um interlocutor, mas um ato relativo à língua. Nessa ótica, a intersubjetividade, segundo GUIMARÃES (1989, p. 72), é prevista no próprio sistema da língua, não sendo construída na enunciação e, portanto, ao colocarmos a língua em funcionamento, nós nos constituímos como sujeitos, intersubjetivamente.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de *ego* (ib. p. 286).

Inferimos dessa afirmação que a subjetividade é a capacidade do locutor de se propor como sujeito e, ao se propor como sujeito, conscientizar-se enquanto pessoa.

L'acte individuel d'appropriation de la langue introduit celui qui parle dans sa parole. C'est là une donnée constitutive de l'énonciation. La présence du locuteur à son énonciation fait que chaque instance de discours constitue un centre de référence interne (ib. p. 82).

Essa consciência só pode emergir através da condição dialógica de contraste entre o eu e o tu, o que implica reciprocidade, intercâmbio.

BENVENISTE diz (1989, p. 286) que não há antinomias do "eu" e do "outro", do indivíduo e da sociedade. Segundo ele, descobrimos o fundamento lingüístico da subjetividade numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua.

Entretanto, apesar de afirmar que a subjetividade só pode ser entendida dentro de uma visão dialética que englobe indivíduo e sociedade, o autor privilegiou o individual em detrimento do social e, conseqüentemente, o histórico, o ideológico. E, ao procurar determinar os lugares em que o sujeito se marca na linguagem, ignorou a relação que ele (sujeito) mantém não só com a formação discursiva que o domina como com as outras formações discursivas que nesse espaço se cruzam.

Essa relação é própria da história de cada sujeito e cada história se marca em lugares diferentes. Essas marcas que o sujeito deixa em seu discurso carregam o social, o histórico e o ideológico da posição que esse sujeito ocupa no mundo (LAGAZZI, 1989, p. 151).

Por outro lado, Benveniste, ao enfatizar a questão da subjetividade, dentro da ciência lingüística, abriu uma nova perspectiva para as pesquisas sobre a linguagem. Antes, a linguagem era considerada um simples instrumento de transmissão de mensagens entre falante e ouvinte; agora tornou-se "o espaço onde o homem se constitui como sujeito" (ib. p. 149). Mas, enquanto nessa ótica o homem se constitui como sujeito, mediante uma apropriação individual da linguagem, na ótica da A.D. essa apropriação é social e constitutiva, uma vez que determina e é determinada pela ideologia. Determina a ideologia porque é através da linguagem que a ideologia se mantém e é determinada, porque o indivíduo é interpelado pela ideologia sem o saber e sem o desejar, e conseqüentemente sem a recusar¹⁰. A interpelação do sujeito pela ideologia cria a ilusão do sujeito de que falamos anteriormente e a A.D. visa justamente alcançar o espaço dessa ilusão.

LAGAZZI (1988, p. 19-21), baseada na obra "Faire Dire, Vouloir Dire" de Haroche (1984)¹¹ traça um rápido histórico sobre a emergência do sujeito-de-direito, que é o sujeito lingüístico.

Diz ela que a emergência do sujeito de direito responsável por suas ações, ao qual a história foi atribuindo direitos e deveres, está diretamente vinculada à emergência do Estado, pois com o enfraquecimento do poder religioso frente ao poder do Estado, instaura-se uma política da subjetividade. Assim, o sujeito religioso, totalmente submisso à ideologia cristã, cedeu lugar ao sujeito-de-direito, imposto pelas modificações econômicas do séc. XIII - passou-se de uma economia rural de subsistência a uma economia artesanal e urbana - que trouxeram em seu bojo a idéia de lucro. O comércio sedentarizou-se, ocorreu o progresso da instrução e da comunicação escrita com o conseqüente avanço do aparelho jurídico, uma vez que os artesãos, mercadores e camponeses começaram a reivindicar seus direitos e liberdades. Todavia, a ideologia jurídica, que se estabeleceu, instalou um ambigüidade no sujeito, pois, concomitantemente, percebe-se, ele, como ser único, senhor e responsável e é percebido como parte de uma massa uniforme de sujeitos assujeitados, que se iludem achando que são iguais.

Só que para o Estado existem uns que são mais iguais do que outros (sic), pois há a permanência de uma hierarquia de poder e de autoridade, constitutiva do próprio Estado, apesar de sua tentativa para neutralizar as diferenças e particularidades dos indivíduos. Dessa forma, fixa-se um jurismo nas relações interpessoais, já que são tensas e conflituosas, permeadas por direitos e deveres.

10 - A recusa só se tornará possível, na medida em que o homem tomar consciência de sua realidade histórico-social, percebendo que as condições reais de existência social são produzidas por si mesmo e não o inverso (percebendo-se como produto dessas condições). Assim, ao deixar de atribuir a forças ignoradas (existentes em si e por si) - Estado, destino, razão, natureza, etc. - a origem da vida social, o homem talvez possa se superar.

11 - A análise apresentada por Haroche diz respeito a eventos que ocorreram entre os séculos X e XIII.

Esse jurismo faz com que o sujeito introjete, simultânea e contraditoriamente, a idéia de coerção e de autonomia.

Citando Haroche, diz ORLANDI (1986, p. 118): "Como é a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito, ela o assujeita ao mesmo tempo em que o constitui sob a forma de autonomia, de tal forma que o sujeito lingüístico se caracteriza por uma vontade sem limites e uma submissão sem falhas".

A mesma autora (ib, 116) coloca que: "o modo como esse jurismo se apresenta no sujeito lingüístico é a do efeito da livre determinação do enunciado pelo sujeito da enunciação".

Em outras palavras, a AD tem como aspecto pontual em seus estudos, a ilusão do sujeito em ser a fonte do sentido e do seu pensamento e, ao descentralizar essa noção de sujeito, centraliza sua problemática nos sistemas de representação. Daí a necessidade da noção de ideologia dentro da AD, pois "se não se a leva em conta, a aparente transparência do sujeito e do sentido ocultam o processo pelo qual tanto o sujeito quanto o sentido se constituem" (ib).

4 - O OBJETO E A UNIDADE DE ANÁLISE DA AD

A explicitação do objeto de análise da AD, mediante o confronto com o da lingüística imanente, parece-nos uma via salutar que permitirá maior clareza ao que se segue, uma vez que os objetivos dessas análises são fundamentalmente diferentes.

De forma geral, podemos dizer que o objeto da AD, tanto o de linha anglo-saxônica quanto o de linha francesa, diferencia-se do objeto da lingüística, em primeiro lugar, porque o objeto teórico específico da AD é o discurso - embora com diferentes acepções de acordo com cada escola - e o da lingüística é a língua e, em segundo lugar, porque a sua unidade de análise é o texto e não o signo ou a frase, unidade de análise da lingüística.

Assim sendo, enquanto a análise lingüística focaliza o signo ou procura detectar as regras de construção frasal, a AD opõe-se a qualquer posição que pretenda conceber a frase como unidade terminal. O texto, então, conforme vimos anteriormente, pode ser estudado ou numa perspectiva pragmática - escola anglo-saxônica - ou numa perspectiva ideológica - escola francesa. A dimensão pragmática é aceita, até pela lingüística imanente como um alargamento de sua esfera, mas a dimensão ideológica já é mais controversa, advogando alguns a sua constituição fora do âmbito da lingüística, uma vez que "depende das ciências sociais e seu aparelho está assujeitado à dialética da evolução científica que domina este campo" (MAINGUENEAU, 1989, p. 11).

Sob nosso ponto de vista, a fragmentação do fenômeno lingüístico numa perspectiva apenas lingüística, não daria conta de sua realidade total. Não podemos distinguir um discurso de outro só através do lingüístico. A análise não pode restringir-se às marcas formais, mesmo porque dependendo do tipo de discurso-religioso, publicitário, etc. - terão elas sentidos diferentes. Conseqüentemente, enquanto a análise lingüística tradicional opera com base em "segmentos", a AD opera com base em "recortes". ORLANDI (1986, p. 121) diz: "O recorte é uma unidade discursiva que se constitui de fragmentos correlacionados de linguagem e situação". Dito de outro modo, é um fragmento da situação discursiva. Dessa forma, o recorte é estabelecido em função do tipo de discurso a ser analisado, do tipo de objetivo a ser alcançado e das condições de produção. Ele não pode ser traçado apriorística e automaticamente e, garantindo a manutenção do relacionamento entre representações textuais e as suas condições de produção, resguarda assim a integridade do discurso.

Finalizando, podemos resumir dizendo que o que presenciamos, historicamente, nos estudos lingüísticos, foi uma evolução sobre o conhecimento acerca da linguagem. De teoria descritiva do signo, no estruturalismo, a lingüística institui-se como teoria científica da sintaxe com as teorias gerativo-transformacionais e, atualmente, tendo por objeto o texto, concebe-o, ou como uma expansão de seus estudos anteriores - linha anglo-saxônica, ou como espaço do dizer e de suas condições de produção, o que implica, evidentemente, um deslocamento teórico que a análise do discurso de linha européia procura efetuar.

CONCLUSÃO

Desde o início, esse projeto colocou-se como trabalho introdutório. Convinha oferecer uma introdução à análise do discurso. Essa preocupação talvez tenha sacrificado alguns aspectos que mereceriam uma abordagem mais profunda. Por outro lado, era oportuno marcar pontos suficientemente estratégicos, para que se atualizasse o objetivo didático a que esse trabalho se havia proposto. Todavia, apesar das simplificações ocorridas, com vistas a apresentar uma via de acesso mais fácil e acreditando que a antecipação da complexidade em qualquer estudo, sem um respaldo anterior, básico e simples, acarreta mais dificuldades do que benefícios, optamos em fornecer um material elementar e modesto.

Em síntese, verificamos que a análise do discurso introduziu no domínio lingüístico o tema da história, do poder, da ideologia que não só perpassam os processos discursivos como se constituem nas suas condições de produção.

Nessa concepção discursiva, de ordem materialista, inscrevem-se, a partir principalmente de Pêcheux, vários trabalhos que, adotando um posicionamento teórico e metodológico diferente do posicionamento da lingüística imanente, buscam o sentido das construções enunciativas numa dimensão mais ampla que abarca não só o lingüístico, mas o ideológico.

Os pontos básicos foram aqui esboçados, o adentramento a esses conceitos se dará de acordo com o tempo, o interesse e a necessidade de cada um.

BIBLIOGRAFIA

- BENVENISTE, Emile. *Problèmes de Linguistique générale*. Paris, Gallimard, 1974, vol. 2.
- _____. "Da subjetividade na language". In: *Problemas de Lingüística geral*. São Paulo, Ed. Nacional, 1976, cap. 5,1.
- CHAUI, Marilena de Sousa. *O que é ideologia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e Argumentação*. Campinas, Pontes, 1987.
- LAGAZZI, Suzy. *O Desafio de Dizer Não*. Campinas, Ed. Pontes, 1988.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Ed. Pontes, 1989.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. São Paulo, Cortez Editora, 1988.
- _____. *A Análise do discurso: algumas observações*. DELTA, São Paulo, EDUC, v. 2, nº 1: 105-126, 1986.
- PÊCHEUX, Michel. *A Análise do Discurso: três épocas (1983)*. In: GADET, F. & HAK, T. (org.) *Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990, 311p.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- PEREIRA, Aracy & MUTTI, Regina M.V. & RÖSING, Tânia K. *A Noção de Sujeito*. Trabalho monográfico, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo, Cultrix, 1969.